

A medicina paulista na Primeira República

André Felipe Cândido da Silva



Tropeços da medicina bandeirante: Medicina paulista entre 1892 e 1920
André Mota
Edusp, 2005
248 páginas | R\$ 35,20

Os tropeços do título da obra de André Mota – historiador da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e coordenador do Museu Histórico da mesma instituição – dão o tom da narrativa que o leitor acompanha nas páginas subsequentes. Segundo o autor, a história da constituição do aparato médico-sanitário em São Paulo, entre o final do século XIX e o começo do XX, não é mera sequência de “conquistas e realizações”, como sugerem o discurso oficial da época e a memorialística constituída em torno de suas personalidades e instituições. O projeto de sanear e, ao mesmo tempo, de “civilizar” o estado bandeirante esbarrou em uma série de conflitos, impasses e resistências. Tamanhas controvérsias entre médicos e demais atores ou entre as próprias instâncias oficiais envolvidas com a saúde pública tornam complicado afirmar um projeto coeso e afinado de medicalização, como apostam certas vertentes da historiografia.

O livro *Tropeços da medicina bandeirante* resulta da tese de doutorado de André Mota, apresentada ao Departamento de História da USP. Compõe safra muito prolífica de estudos que revisitaram a história da medicina e da saúde pública em São Paulo e desvelaram a complexa trama histórica sombreada pelo vulto de efígies da estatura de Emílio Ribas, Vital Brazil e Arnaldo Vieira de Carvalho entre 1892 e 1920. O enfrentamento dessa poderosa memória em torno da medicina paulista fica patente na obra de Mota, que mostra como o escrutínio histórico realizado por minuciosa investigação de fontes documentais joga luz sobre os percalços da modernização defendida pelas oligarquias paulistas na Primeira República (1889-1930), modernização na qual a medicina ocupou posição fundamental. Segundo o autor, o discurso médico ajudou a sedimentar a representação de São Paulo como exemplo bem-sucedido de organização social, progresso econômico e constituição racial, em um momento em que o patrimônio hereditário da população brasileira tinha grande relevo no debate sobre a identidade nacional.

Nos quatro capítulos em que se divide a obra, o historiador aborda o papel da medicina como ferramenta de diagnóstico e, ao mesmo tempo, como

solução dos principais problemas que afetavam o caminho do país rumo ao progresso e civilização. No caso específico de São Paulo, ele explora a participação dos dispositivos de saúde no crescimento e modernização da “metrópole do café”, pela tentativa de regulamentar os costumes e usos do espaço, enfrentando, no entanto, a resistência de segmentos afetados por tais intervenções.

Mota dá particular destaque às tensões entre o Serviço Sanitário do estado e as agências municipais. As contradições ficam evidentes nos distintos projetos de controle da tuberculose, os quais opuseram Emílio Ribas, diretor do Serviço Sanitário, e Clemente Ferreira, idealizador da Liga Paulista contra a Tuberculose. Os conflitos também são o mote da análise do processo de criação da Faculdade de Medicina de São Paulo. André Mota sublinha o protagonismo de Arnaldo Vieira de Carvalho na concretização do projeto de uma escola médica pública, para o qual se valeu de seu capital simbólico e político fundamental para equacionar as diferenças entre segmentos da medicina paulista e convencer as instâncias oficiais.

Apesar de carecer de um diálogo mais explícito com a historiografia que trata dos temas analisados no livro, *Tropeços da medicina bandeirante* representa contribuição importante aos interessados em conhecer os percalços da constituição da medicina na transição do século XIX para o XX, momento crucial de afirmação da excelência de São Paulo na saúde pública. Essa excelência apoiou-se, por um lado, na formação de um sólido aparato de controle de doenças, pesquisa e ensino e, por outro, na reafirmação do discurso que procurou alçar o estado à condição de “locomotiva” a arrastar 20 vagões vazios, frase que não por acaso saiu da pena de Arthur Neiva, um dos que participaram da organização da saúde pública paulista entre 1916 e 1920 e do movimento em favor do saneamento dos sertões brasileiros. A poderosa representação extrapolou o domínio da saúde, revestiu-se de evidentes implicações políticas e, de tão forte, ecoa ainda hoje na esfera pública.

André Felipe Cândido da Silva é historiador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e editor científico da revista *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*.